



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA
COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

FOLHA DE INFORMAÇÃO

Processo n°
80520948.000013/2026-97



REUNIÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Ata de Reunião

16 de março de 2026

Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, na sala 305M, do anexo I do Complexo do Tribunal de Justiça da Bahia, reuniram-se os integrantes da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) para tratar dos assuntos da respectiva Comissão, sob a presidência do Desembargador Rilton Góes Ribeiro. **1. Membros Presentes** Estiveram presentes na modalidade presencial : Desembargador Rilton Góes Ribeiro (Presidente); Juíza de Direito Maria do Rosário Passos da Silva Calixto; Juíza de Direito Marielza Maués Pinheiro Lima; Juíza de Direito Melissa Mayoral Pedroso Coelho Lukine Martins; Juíza de Direito Mariana Varjão Alves Evangelista; e Juíza de Direito Livia de Melo Barbosa (Representante AMAB); além dos servidores e colaboradores: Pedro Lucio Silva Vivas (NUPEMEC); Wilian de Novaes Coutinho (COOBA); João Eudes Alves Ferreira (Chefe de Unid. Coord. Saúde Ocupacional); Diva Maria de Jesus Roxinho (Assistente de Gabinete); José Romilson Mascarenhas (Rep. Núcleo Socioambiental); Leonice Santos Salgado (CTJUD); Bruno Bellas Prado (CPROJ); Larissa da Silva Smeraldi; Rita de Cássia Casaes Araújo; Daniel Campos Carneiro Mehlem (NAI); Ítala Chaves Sampaio Limongi (NAI); e Bruno Santana (Estagiário do NAI). **2. Pontos de Pauta e Discussão** **2.1. Abertura do Início do Exercício 2026** Foi realizada a abertura oficial dos trabalhos da comissão relativos ao exercício do ano de 2026. **2.2. Novo PDAI - Plano Diretor de Acessibilidade e Inclusão:** Informou-se que o plano anterior precisou ser totalmente reformulado para cumprir as novas exigências do Ranking da Transparência do CNJ. O novo documento passou a incorporar o planejamento de ações anuais e as métricas de indicadores, tendo sido construído com um forte alinhamento com a SEPLAN. O plano encontra-se disponível no portal para consulta, e os membros terão um prazo para analisar e sugerir correções. **2.3. Relatório de Atividades 2025:** O relatório foi apresentado com a ressalva de que os dados referentes a 2024 foram retirados, uma vez que o CNJ determinou que os relatórios devem ser estritamente anuais, correspondendo apenas ao exercício de 2025. **2.4. Portal de Acessibilidade:** O novo portal foi demonstrado aos presentes. A plataforma inclui um menu flutuante, um espaço para campanhas mensais e um formulário direto para o Projeto "Escuta ativa", que permite aos servidores efetuarem pedidos e denúncias diretamente à Comissão. Mencionou-se que o portal está funcional, mas aguarda a criação de uma identidade visual própria por parte da ASCOM. **2.5. Relatório Resolução 401/2021 - PLS-JUD (Período Apurado 2025):** Foram analisados os dados estatísticos enviados ao CNJ. Destacou-se negativamente o baixo índice de capacitação de gestores, tendo apenas 11 gestores sido capacitados num universo de 1.012. Discutiu-se a necessidade de melhorar as convocações e de enviar os convites com maior antecedência. **2.6. Mudança na forma de cadastro e lançamento das Atas de reunião:** Para garantir a plena acessibilidade, sobretudo para pessoas cegas que utilizam leitores de ecrã (como o NVDA), as atas deixarão de ser publicadas como imagens digitalizadas. Passarão a ser geradas diretamente como documentos nato-digitais através do sistema SEI. **2.7. Programação da 7ª Semana Nacional da Pessoa com Deficiência:** Foi apresentada uma proposta de cronograma para os dias 25 a 27 de agosto, abordando temas como Literatura/Arte, Saúde/Envelhecimento, Empregabilidade e Lazer/Esporte. Durante a apresentação, houve um longo debate sobre o formato e os convidados. Ficou decidido que a grade de programação será analisada por todos e que os membros trarão novas sugestões de nomes para as mesas na próxima reunião. **3. O que ocorrer (Outros Assuntos)** **3.1. Estagiários PCD:** Foi sugerido o regresso e estudo do programa de inclusão e contratação de estagiários com deficiência no Tribunal, uma iniciativa vista como altamente meritória para a empregabilidade. **3.2. Funcionários Terceirizados:** Relembrou-se a exigência, presente em resolução do ano anterior, de que 2% dos postos de trabalho em contratos terceirizados no TJBA

devem ser destinados a pessoas com deficiência. **3.3. QR Code nas placas acessíveis:** Relativamente ao pedido da Comarca de Camaçari para a definição de critérios de placas informativas em Braille, concluiu-se que o Braille ocupa demasiado espaço para textos longos. A orientação acordada foi a de sugerir, junto da ASCOM, a utilização de um QR Code nas placas que direcione o utilizador para uma audiodescrição. **3.4. Auditoria de Acessibilidade:** Foi comunicado que o Tribunal retomou uma auditoria de 2022 sobre a acessibilidade comunicacional dos portais. As unidades têm um novo prazo, fixado até 23 de março, para remeterem as respostas e as informações solicitadas. **4. Deliberações 4.1.** Aprovados o Novo Plano Diretor de Acessibilidade e Inclusão (PDAI) e o Relatório de Atividades de 2025, ficando concedido o prazo até a próxima reunião para que os membros apresentem eventuais sugestões ou alterações. **4.2.** Aprovada a alteração do formato das atas da Comissão, que passarão a ser redigidas e assinadas exclusivamente no sistema SEI, assegurando a leitura por software de voz. **4.3.** Os membros da CPAI deverão analisar a proposta de programação para a 7ª Semana Nacional da Pessoa com Deficiência e apresentar sugestões de palestrantes e temas até a próxima reunião. **4.4.** Aprovada a diretriz para a utilização de QR Codes com audiodescrição como alternativa principal e complementar ao Braille nas placas informativas extensas do TJBA. **4.5.** Estabelecido um calendário permanente para as reuniões ordinárias da comissão, que se realizarão sempre na 3ª (terceira) segunda-feira de cada mês às 9h30. **4.6.** A próxima reunião fica agendada para o dia **27 de abril de 2026, às 9h30**. A data foi ajustada para a quarta semana do mês, a título excepcional, devido ao fato de o dia 21 de abril coincidir com um feriado. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e lavrada a presente ata que será assinada pelo Presidente da Comissão.



Documento assinado eletronicamente por **RILTON GOES RIBEIRO, Desembargador**, em 18/03/2026, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.tjba.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0683584** e o código CRC **63F1BBAB**.

Referência: Processo nº 80520948.000013/2026-97

SEI nº 0683584